“A bem da Nação”

Costa Brochado “político funcional” e “historiógrafo” ao serviço do regime de Salazar

"A Bem da Nação". Costa Brochado "functional politician" and "historiographer" at the service of the Salazar regime

Luís Reis Torgal

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2169>

DOI: 10.4000/cultura.2169

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2006

Paginação: 87-113

ISBN: 0870-4546

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Luís Reis Torgal, « “A bem da Nação” », *Cultura* [Online], Vol. 22 | 2006, posto online no dia 13 novembro 2015, consultado a 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2169> ; DOI : 10.4000/cultura.2169

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

“A bem da Nação”

Costa Brochado “político funcional” e “historiógrafo” ao serviço do regime de Salazar

"A Bem da Nação". Costa Brochado "functional politician" and "historiographer" at the service of the Salazar regime

Luís Reis Torgal

AUTHOR'S NOTE

Este texto (até agora inédito) serviu de base a uma conferência por nós proferida na Academia Portuguesa da História em 11 de Fevereiro de 2004, por altura do centenário de Costa Brochado. Não se pretendeu (nem essa é a concepção de história que perfilhamos) fazer um "elogio" daquele que foi académico, o que, de resto, já havia sido realizado (Francisco Santana – Elogio de Idalino da Costa Brochado. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004), mas tentar situá-lo no contexto da "intelectualidade" e do "funcionalismo" do Estado Novo. Nesta publicação apenas se eliminaram aspectos conjunturais do texto original, agradecendo aqui à Academia Portuguesa da História a autorização para que fosse integrado num livro de homenagem à Doutora Zília Osório de Castro, que também é membro da Academia. Mas, acima de tudo, independentemente da sua temática e dos aspectos circunstanciais deste artigo, pretendemos render um tributo de agradecimento à professora competente, à investigadora rigorosa, a uma das minhas primeiras alunas, à colega e à amiga de horas boas e más desta vida universitária, cheia de dificuldades, a que a Zília se dedicou abnegadamente, como (se nos é permitido dizer) tem feito o autor deste estudo.

Costa Brochado, um "intelectual orgânico"?

- 1 Idalino Ferreira da Costa Brochado nasceu há pouco mais de cem anos, em Vilarinho, concelho de Santo Tirso, no dia 9 de Fevereiro de 1904. Poderemos, pois, dizer que ultrapassámos já o seu centenário. Como deveremos nós caracterizá-lo no contexto do Estado Novo de Salazar, a quem votou uma total dedicação política?
- 2 Orientámos uma tese de mestrado, da autoria de João Tiago de Sousa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2001, intitulada *Costa Brochado. Um intelectual orgânico do regime salazarista*,¹ tese essa (publicada posteriormente com o mesmo título)² que teremos sempre em referência, como texto de informação e de interpretação, e até como texto para questionar.
- 3 Começamos justamente por aí, interrogando-nos sobre o título da obra, de que certamente fomos o inspirador. Brochado foi ou não (empregando a expressão, de sabor gramsciano, usada por João Tiago de Sousa) um "intelectual orgânico"?
- 4 Para já, comecemos por acentuar que o estudo dos intelectuais tem sido objecto de vários trabalhos e tem-lhe sido dada tanta importância, reportando-se sobretudo aos séculos XIX e XX, ou ao período que se desenvolve a partir do Iluminismo do século XVIII, que o historiador francês Michel Winock, referindo-se à centúria passada, intitulou um livro de síntese *Le Siècle des Intellectuels*.³ Entretanto, concedendo um papel fundamental aos dois últimos decénios do século XIX para o processo de formação dos "intelectuais", Christophe Charle (que se tem dedicado sobretudo ao estudo dos "intelectuais" de oitocentos) já havia publicado, anos antes, o livro com o título significativo e ousado *Naissance des "Intellectuels". 1880-1900*.⁴
- 5 O tema dos "intelectuais" é, porém, um tema já antigo na problemática da história e da filosofia da história, que tem sido abordado de várias feições. Em termos de ideologia, recorde-se – para não recuarmos mais atrás e descermos às polémicas entre iluministas-liberais e tradicionalistas ou à célebre polémica dos "antigos" e dos "modernos" – o famoso livro de Léon Daudet, do movimento de direita revolucionária *Action Française*, *Le Stupide XIX. Siècle* (1922), questionador da cultura do século XIX, obra que tanta influência teve no pensamento contra-revolucionário ou revolucionário de direita, ou mesmo no pensamento católico conservador (o caso de *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, 1924, de Manuel Gonçalves Cerejeira). Noutra frequência, lembremos a não menos conhecida obra de Julien Benda, *La Trahison des Clercs* (1927), que procurou reflectir sobre o sentido da "intelectualidade", vista numa forma independente, como culto da razão e do universal (como pretendia) ou no "engajamento" realista, mesmo que assumindo uma forma idealista, a uma ideia ou a um regime, questão fundamental no século XX, que originou grandes disputas político-culturais à direita e à esquerda. A consciência do aparecimento de "novas gerações", viradas para "novas culturas", originou muitas obras com títulos inspirados nesta lógica e nestas palavras, de tipo conservador ou de direita – baseadas, por exemplo, na famosa obra de Agathon (que outro não era senão Henri Massis e Alfred de Tarde, o primeiro que tanto defendeu a "cultura ocidental" e veio a elogiar o Estado Novo de Salazar) *Les Jeunes Gens d'Aujourd'hui* (1913) –, como levou a afirmações modernistas e futuristas, "antiburguesas", que não deixaram de proporcionar também experiências culturais e políticas de direita, como criaram a noção de uma cultura crítica, sem dependências sociais, políticas ou estéticas. Noutro sentido, intelectuais soviéticos integraram-se também na lógica da cultura *engagée* (ao serviço do que consideravam

servir a "classe operária"), dentro da concepção, de autoria duvidosa, dos "engenheiros das almas", posição que será contestada mesmo entre outros intelectuais que viviam no "sistema", com duras consequências. Apesar de ter inspirado uma corrente comunista mais aberta, o próprio Gramsci, ao reflectir sobre o conceito de "intelectual", não deixou de se situar no domínio "organicista", pensando no intelectual "organicamente", ao serviço da formação de uma sociedade socialista, justificando assim a hegemonia de poder do proletariado.⁵

- 6 Mas, para além destas breves considerações acerca da filosofia e da ideologia políticas relativas ao conceito de "intelectual", retomamos a ideia de que os historiadores tiveram um interesse particular em estudar, em várias épocas, os "intelectuais". É já clássico, como se sabe, o estudo de síntese, para um tempo bem diferente daquele de que falámos, de Jacques Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Âge*.⁶ Atendo-nos, porém, apenas à temática geral a que nos temos dedicado – os "fascismos" ou os "novos Estados", de tipo autoritário/totalitário, revolucionário ou conservador –, recorde-se, para a situação exemplar de Itália, os livros de Renzo de Felice, *Intelletuali di fronte al fascismo*⁷, ou de Mario Isnenghi, *Intellettuali militanti e intellettuali funzionari. Appunti sulla cultura fascista*.⁸ Mas, se quisermos ultrapassar esta área estrita, de maior pendor político (de que demos apenas dois exemplos – recorde-se ainda os trabalhos, de sentido mais lato, de Zeev Sternhell,⁹ sobre as origens da ideologia fascista, ou o estudo clássico sobre a sociedade e a cultura fascista de Edward Tannenbaum),¹⁰ e falar de estudos dos intelectuais relativamente à temática religiosa, poderíamos aqui citar o livro recente de Frédéric Gugelot, *La Conversion des Intellectuels au Catholicisme en France 1885-1935*.¹¹

- 7 Mas, estudar os "intelectuais" supõe a situação difícil de definir "intelectual". É aqui precisamente que se pode pôr o problema de saber se Costa Brochado pode ser entendido ou não como um "intelectual" e como um "intelectual orgânico". Gugelot, na obra referida, escreve, utilizando algumas referências de outros autores em obras também dedicadas ao tema:

L'intellectuel résiste, lui aussi, à toute classification nette. Pascal Ory et Jean-François Sirinelli le définissent comme "un homme du culturel, créateur et médiateur, mis en situation d'homme du politique, producteur ou consommateur d'idéologie" [Les intellectuels en France de l'Affaire Dreyfus à nos jours, Paris, Armand Colin, 1986, p. 101]. La définition de Michel Trebitsch, plus large, a l'avantage de ne négliger aucun espace: "Ce qui caractérisait l'intellectuel, c'est le va-et-vient, la relation consubstantielle qu'il opère entre ses choix esthétiques et ses choix idéologiques que ce soit la mode de l'académisme ou de l'avant-garde: l'activité intellectuelle consiste en quelque sorte à ne cesser d'éclairer et de justifier l'un par l'autre, et c'est en cela qu'il existe une relation structurelle entre les valeurs et les formes de sociabilités" ["Sociabilités intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux", Cahiers de l'IHTP, n.º 20, mars 1992, p. 20].¹²

- 8 Esta reflexão ou estas reflexões, tendo como base as lógicas de investigadores que encararam o conceito de "intelectual" sobre diferentes pontos de vista, prova como é difícil definir um termo deste género que pode ser, inclusivamente, entendido numa perspectiva ideológica, até de sentido pejorativo. É o próprio Costa Brochado que o faz e – como se sabe – era corrente no tempo do Estado Novo, de um lado e de outro da barreira política, considerar como "intelectual" o "homem de esquerda". Brochado fala pejorativamente, num discurso de 1960, dos "intelectuais" como "*doutrinários* da chamada oposição", "intelectuais idealistas preocupados, seriamente, com a garantia das liberdades essenciais, a defesa dos pequenos contra os grandes, a moralização da administração pública, etc.". Esses "intelectuais" – no dizer de Costa Brochado – limitam-se a falar

genericamente contra o Estado Novo, não tendo "nada a dizer, de substancial e procedente, contra o Regime". E asseverava que, se alguns eram, ainda assim, "sinceros", regra geral não tinham escrúpulos, eram movidos por "baixos sentimentos", limitando-se a chamar e a convencer "as multidões ingênuas" de que os defensores do Estado Novo não respeitavam a Constituição, eram "fascistas, totalitários, inimigos natos do povo trabalhador e das liberdades públicas".¹³

- 9 Claro que não é neste contexto polémico – ou em outro qualquer desse tipo – que nos poderíamos referir (como fez João Tiago de Sousa) a Costa Brochado como "intelectual" ou, mais precisamente, como "intelectual orgânico". Segundo o nosso modo de ver, o conceito de "intelectual" supõe um certo nível de produção e intervenção cultural e uma problematização de conceitos, servidos por uma leitura, mais ou menos complexa ou simples, de obras e de autores, de estéticas, de sociedades, de políticas ou de religiões, que dificilmente encontramos em Costa Brochado. É isso com que deparamos, por exemplo, em alguns indiscutíveis "intelectuais do Estado Novo" como António Ferro ou Augusto de Castro, como sucede na Itália pré-fascista e fascista com Gabrielle D'Annunzio ou Marinetti, com Giovanni Gentile ou Giuseppe Bottai. O norte-americano Ezra Pound, considerado um dos escritores mais influentes do século XX, foi um firme defensor do Fascismo, permanecendo na Itália durante todo o tempo da guerra, onde foi feito prisioneiro para ser julgado como "traidor à Pátria". E algo de idêntico, com um fim mais trágico, sucedeu com o escritor francês, do chamado "romantismo fascista", Robert Brasillach, acusado de colaboracionista e executado em 1945. Ou seja, os "intelectuais" podem, evidentemente, ter um processo de relação simpática e empática ou serem mesmo defensores de uma ideologia fascista sem deixarem de ser "intelectuais". Por isso lhes poderemos chamar "intelectuais orgânicos" (dado que o "organicismo" faz parte essencialmente da lógica corporativa), que preferimos talvez a "intelectuais funcionários", expressão utilizada por Mario Isnenghi. O mesmo sucedeu – noutro pólo – com tantos "intelectuais" que se deixaram seduzir pela ideologia comunista de tipo soviético, mesmo de tipo estalinista, colocando-se alguns, indeclinavelmente, ao seu serviço. O que, no presente caso, temos em causa – já o dissemos afinal – é se Costa Brochado, pelas suas características, pode efectivamente ser considerado um "intelectual".
- 10 Na verdade, ele foi sobretudo um autodidacta, formado já tardiamente numa escola técnica (a Escola Comercial de Oliveira Martins, no Porto), foi um "prático", que aprendeu a viver com a vida, um jornalista que começou a escrever desde jovem (desde o jornal da referida escola, *Alvor do Provir*, e do periódico de Gondomar, *A Nossa Terra*). Mesmo que tenha sido responsável por uma revista literária, *Sangue Novo* (1925), que durou apenas cerca de seis meses, e tenha convivido com o grupo da "Renascença", do Porto, não se pode dizer que se tenha destacado no domínio das letras ou da filosofia política. Foi o jornalismo prático, de *O Comércio do Porto*, depois de ter passado pelo semanário político *Semana* (1932-1933), também ainda do Porto, que o levou ao "jornalismo de regime", de *A Verdade* (1933-1939), publicado em Lisboa, a convite do responsável da Propaganda, António Ferro, esse (como dissemos) um verdadeiro "intelectual orgânico".
- 11 Costa Brochado foi sim – a nosso ver – não tanto sequer um "ideólogo orgânico", mas um "funcionário político", ou um "político funcional", ao serviço do Estado Novo. O seu jornalismo político – primeiramente arma de combate contra outro jornal do mesmo nome, publicado na clandestinidade, e genericamente contra o "revirinho" (é Brochado que utiliza o termo, que era, de resto, comum), tornou-se depois arma de doutrinação

contra as "heresias" que surgissem no âmbito do regime, lendo a "bíblia do Estado Novo", ou seja, no seu dizer, "todas as declarações publicamente feitas pelo sr. Doutor Salazar, único evangelista seguro no que toca à ortodoxia da doutrina, às suas interpretações, adaptações, corrigendas, etc."¹⁴ Esteve, pois, directamente, ao serviço do que considerava o "único e verdadeiro ideólogo" do regime e ao serviço do Secretariado Propaganda Nacional (conforme confessará nas *Memórias*, afastou-se, então, cada vez mais, do "mundo jornalístico" e passou a ter como "centro de convívio profissional e político" o SPN).¹⁵ Nesse proselitismo, exprimiu-se através de uma ideologia simplista, que, por vezes, tem uma grande eficácia, mesmo que seja atreita a originar polémicas, até no seio dos próprios defensores do regime. Mais tarde, no final dos anos cinquenta, como membro da Comissão Executiva da União Nacional, proferiu várias conferências ideológicas, mas sempre elas eram revistas (conforme afirmou de forma simples e quase ingénua) pelo próprio Salazar, que lhe introduzia alterações ou cortava algumas frases.¹⁶

- 12 Apesar de ter convivido com intelectuais, entre eles o próprio Fernando Pessoa, e com políticos de todas as cores ("desde comunistas a integralistas, convivi com todos quantos tinham interesse intelectual", como também confessava nas suas *Memórias*),¹⁷ isso não faz dele um "intelectual", ainda que seja senhor de uma escrita fácil, clara e contundente.
- 13 Aliás, também a sua fama oficial de "historiador" não o credita, à luz dos nossos conceitos, como um "intelectual", nem mesmo como um... historiador. Na verdade, não se pode dizer que, pelas suas obras, se possa entender Brochado como um cientista da história. Pese embora o aparato erudito que pretende dar a algumas das suas obras, elas são sobretudo guiadas por conceitos ideológicos perfeitamente claros e coerentes. Por isso entendemos que Costa Brochado foi, sobretudo, o que chamámos um "historiógrafo", um historiógrafo ao serviço do regime, de Salazar e do Estado Novo, mesmo que a sua obra não incida directamente sobre o seu mundo contemporâneo, mas sim sobre figuras emblemáticas da história de Portugal medieval e moderno aproveitadas pelo regime. Neste sentido, aproxima-se de outro "homem do Salazarismo", que, como ele, também pertenceu à Academia Portuguesa da História, João Ameal, ainda que, pelas suas reflexões, se possa considerar este, com maior justeza, como um "intelectual orgânico" do Estado Novo. Já outro membro desta Academia, Alfredo Pimenta, ideólogo e intelectual, se expresseu de forma mais cultural e cientificamente rica e foi, como historiador, apesar das concepções ideológicas que lhe estão subjacentes (ligadas a uma linha mais claramente "fascista" e germanófila), uma personalidade mais marcante, até pelo sentido complexo das suas polémicas. *Enfant terrible*, haveria, por isso, de não se integrar, afinal, completamente, no regime e em nenhuma instituição orgânica. Daí o facto de ter acabado por ser demitido da Academia Portuguesa da História.¹⁸

"Passado, Presente e Futuro" de Portugal. A ideologia política de Costa Brochado

- 14 A conferência proferida em Viseu, em 14 de Junho de 1960, por Costa Brochado, intitulada *Passado, Presente e Futuro*, pode sintetizar uma linha fundamental da sua ideologia. Com efeito, ele interpretou de uma forma simplista e maniqueia, mas coerente, os três ciclos do tempo em Portugal.
- 15 A tentativa para explicar a sua posição ideológica, nomeadamente nas suas *Memórias*, é apenas superficial. Fala vagamente do republicanismo do seu pai, professor primário na

escola Conde Ferreira em Gondomar, que ele próprio frequentou, da sua tendência juvenil para o Partido Evolucionista, da sua simpatia pelo Sidonismo e, afinal, da adesão ao Partido Socialista, de Ramado Curto, no qual votara nas eleições de 1925.¹⁹ Mas, valoriza sobretudo a sua formação católica, vinda da mãe e do Padre António Valente da Fonseca, pároco em São Cosme de Gondomar. É por essa via que adere à ideia de um "Estado Social" frente ao que chama (de resto, com alguma propriedade, referindo-se à realidade da Primeira República), a "desordem republicana". Mais precisamente, considera que foi o corporativismo católico, da *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, que justificou tanto a sua posição "socialista", como a sua adesão ao corporativismo de Salazar, em oposição ao comunismo e ao demoliberalismo, ou ao "liberalismo" e à "democracia directa" (como lhe chama, numa expressão pouco rigorosa, pois faz coincidir o conceito de "democracia directa", que tem outro significado politológico, com a "democracia representativa" parlamentar e de tipo partidário). Por isso, se esforça por provar que Salazar nunca foi "fascista", mas integrou-se numa lógica de Estado Corporativo e, por isso, mesmo que, nas entrevistas que lhe concedeu, no jornal *A Verdade*, sempre o Presidente do Conselho (o "Chefe", como se tornou também conhecido) tenha dado como exemplo de comportamento político comparativo Hitler e Mussolini,²⁰ o certo é que Brochado se confessou como anglófilo,²¹ posição que lhe terá custado a extinção do seu jornal, sempre publicado ao serviço do Estado Novo e do seu fundador.

- 16 Para além desta lógica, poucas ou nenhuma reflexões teóricas surgem na ideologia de Costa Brochado. Divisamos apenas o reflexo de leituras que eram comuns nas gentes do Estado Novo que não foram militantes de nenhum ideal mais afirmado, de tipo católico, nacional-sindicalista ou integralista (que têm, no geral, leituras e reflexões mais complexas). Por exemplo, breves considerações sobre o amoralismo de Maquiavel, citação da obra de Léon Daudet, *Le Stupide XIX.^e Siècle*, referências à teoria da psicologia das multidões de Gustave Le Bon, admiração pelo personalismo científico de Alexis Carrel e pela sua obra, de grande divulgação, *O Homem, esse Desconhecido*, ou então as leituras, numa versão contra-revolucionária, de Herculano, Garrett, Antero, Eça, Ramalho, etc.
- 17 Mais do que um pensamento sólido, como se aludiu, Brochado foi um "prático", defensor de "verdades" e, para ele, a "única verdade política" era Salazar. E esta é afinal a fonte de todas as ideias e acções e que o leva a não aceitar qualquer tipo de diálogo com alguma força política que estivesse para além de Salazar. Como escrevia em 1937, referindo-se à sua experiência de *A Verdade*: "É que, para nós, ontem como hoje, só há uma verdade, um caminho e uma luz: Salazar!"²²
- 18 E nessa luta – que nunca reflecte sobre a "verdade do outro" – vai usar de toda uma metodologia simultaneamente de louvor e de combate. Neste último caso, conforme refere quando fala de *A Verdade* nas suas *Memórias*, através da sua "ideia genial" de pôr os "reviralhistas" e os republicanos a usar as suas palavras contra o próprio regime que diziam defender, ou, explicando melhor, a criticar a República por que tanto se haviam batido. Assim, utiliza frases como estas: António José de Almeida escreveu — "O terror campeia no País! É uma onda de pavor que invade a terra portuguesa e a estrangula nos elos do boato, do assalto, da prisão, da intriga". Ou cita José Domingues dos Santos, da Esquerda Democrática, um mês antes do 28 de Maio: "O Partido Democrático é hoje uma agência de negócios em véspera de falência fraudulenta..." Ou Junqueiro: "Isto para aí está um bacanal de percevejos numa enxerga podre".²³
- 19 Essa "ideia genial" (segundo as suas palavras), se tinha eficácia propagandística, e continuou a ter em momentos de crise política do Estado Novo, não tinha, porém,

nenhuma originalidade. Os integralistas, desde os primeiros momentos de luta no interior da República, usavam semelhante processo que Brochado utilizou em *A Verdade* e em momentos posteriores da sua acção política. Lembremos alguns títulos de artigos dos primeiros números da *Nação Portuguesa*: "O 'liberalismo' de Alexandre Herculano", "O testamento de Garrett", "Pensamento político de Eça de Queirós", "Teófilo Braga mestre da Contra-Revolução"...²⁴ Teófilo... "Mestre da Contra-Revolução", como, de resto, os ideólogos da *Action Française* representaram Proudhon. Só que Brochado usava esse processo em plena lógica de propaganda e de pura polémica, como desde há muito sucedera com alguns militantes legitimistas do século XIX, e não em termos de "teorização".

- 20 Foi esta afinal a sua prática em momentos diversos, como, por exemplo, quando atacou Norton de Matos, durante a sua candidatura à Presidência da República, escrevendo um volumoso livro, com algumas pretensões historiográficas, visando sobretudo a Primeira República, em que o candidato desempenhara um papel de relevo, o qual intitulou *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura* (1948).²⁵ Não hesitou – utilizando as palavras de republicanos e liberais, que usavam o seu direito à crítica, em liberdade de expressão, por vezes (é certo) crítica bem forte, ou os seus próprios argumentos – em atacá-lo como governador de Angola e, depois, como Alto Comissário, como membro do Partido Democrático e até como Ministro da Guerra, considerando-o, se não "o responsável pela nossa entrada nessa guerra" (a Primeira Guerra Mundial, evidentemente, cuja intervenção criticava), "um dos mais responsáveis",²⁶ e mesmo pondo em dúvida a sua defesa da ideia de "Unidade Nacional", de unidade de Portugal e das colónias, que de resto viria a ser explicitada no livro, marginalizado pelo regime, *A Nação Una*.²⁷ Acima de tudo, o que estava em causa é que Norton era Grão-Mestre da Maçonaria (foi esta a principal arma da propaganda salazarista para o atacar) e aceitara, aos 80 anos, ser líder da oposição, com o apoio dos comunistas, que criticava.²⁸ Suprema heresia! Mesmo tratando-se de um homem – como confessará mais tarde nas *Memórias*, já longe da luta política – que "era um dos melhores portugueses do meu tempo, patriota inconcusso".²⁹
- 21 No próprio ano das eleições, 1949 (o Prefácio é de Janeiro, mês anterior ao do sufrágio presidencial, de que Norton desistiu, devido à falta de condições políticas para ir às urnas), vai mais longe e tenta ultrapassar a figura de Norton de Matos para criticar o regime republicano, em que ele se destacara, através da sua "história". Aí está a história ao serviço do regime de Salazar, como já havia feito antes, da mesma forma e de outra, como iremos ver. Na obra *Para a História de um Regime*.³⁰ procurará provar que a Primeira República era um regime cheio de defeitos estruturais, tendo em conta o significado precário do Chefe do Estado, a desordem do Parlamento, as manobras políticas do Exército e da Armada, a má organização das Finanças, da Administração, da Assistência, ou o carácter desenfreado da Imprensa. Cumpria afinal, como dizia no Prefácio, o "elementar dever de optar pela verdade contra a mentira, pela ordem contra a anarquia, pelo direito contra o arbítrio". No fundo, desejava mostrar, como quem lança um panfleto, como o governo de Salazar, depois da "desordem republicana", significava – no seu dizer – "na história política contemporânea, a última possibilidade da Pátria Portuguesa, no que toca à realização da indispensável unidade nacional, condição sine qua non para a consolidação definitiva da independência nacional".³¹
- 22 A tese da "catástrofe", considerada uma fatalidade no caso de os republicanos voltarem a governar, era afinal a linha de rumo de toda a sua ideologia de combate:

A interrupção deste Governo [de Salazar], no momento presente, arrastaria o País irremediavelmente, à maior catástrofe da história.

Há momentos da história dos povos, e este é um deles, em que uma série de circunstâncias estranhas à vontade e ao domínio dos homens, põem as nações dependentes de condutores em quem se retinham as misteriosas forças ancestrais que constituem a maior razão de ser da independência colectiva. Vivemos, hoje, uma dessas horas, e só por inconsciência ou má fé se pode conceber a ideia de perturbar a ordem nacional, tendo apenas em vista a restauração de mitos e palavras vãs cuja experiência está feita em longos anos de misérias sem nome e sem perdão!³²

- 23 Mais tarde, em 1959, ano seguinte ao grande acontecimento eleitoral das candidaturas, pelas oposições, de Arlindo Vicente e do General Humberto Delgado, as eleições haveriam de lhe recordar o que chamou, referindo-se às de 1948-1949, o "*vendaval político, cuja força destruidora se baseava muito na confusão em que geralmente vivem os Portugueses acerca da história política dos últimos cento e cinquenta anos*". E, assim, resolveu publicar outra obra de carácter pretensamente "histórico" (já há muito programada, segundo dizia, embora com outra estrutura) mas de sentido mais vasto, pois abrangia não só a República, mas também a Monarquia liberal, intitulada *Para a História do Liberalismo e da Democracia Directa em Portugal*.³³ Dentro da mesma lógica "catastrofista", procurava criar a ideia de que só havia um caminho, a via do Estado Novo:

O grave dilema que está posto à Nação Portuguesa, em nossos dias, é realizar o Estado Novo ou cair na anarquia infrene que precede sempre, de perto, na História, a perda da independência!³⁴

- 24 Nesse pequeno livro, que era apresentado como "*uma conclusão da larga e demorada investigação a que o autor procedeu, durante muito tempo, para se instruir acerca da história política dos últimos cem anos*", surge uma análise histórica superficial, cuja matriz se radicava nas concepções contra-revolucionárias do século XIX, ou seja, a ideia de que Portugal perdera, com a influência da Revolução Francesa e da Revolução de 1820 (ou do reinado de D. José – como veio a dizer nas *Memórias*³⁵), o seu fio natural da História. O "liberalismo e a democracia directa" só poderiam lançar Portugal na anarquia e só o Estado Novo poderia fazer sair o país desse "percurso errado", reencontrando-se noutro tipo de democracia, a "democracia orgânica, inspirada por Leão XIII".³⁶ Era esta (segundo ele) a tese salazarista, que o levava a afirmar, como vimos, que o Estado Novo não era um regime fascista, como o levará a sublinhar que não era capitalista (como sucedia no mundo liberal e no mundo soviético, neste caso "capitalista de Estado") mas corporativista.³⁷
- 25 Homem do Estado Novo e da União Nacional, multiplica então as suas intervenções no sentido de opor a existência de "duas políticas". É este, ou um pouco mais, *Duas Políticas. Duas Épocas*, o título de uma conferência realizada em Braga, no dia 28 de Abril de 1959, na posse da Comissão Distrital da União Nacional.³⁸ O título era por certo inspirado na nota oficiosa de Salazar de 16 de Julho de 1934, *Duas Escolas Políticas*,³⁹ em resposta à entrevista dada por Afonso Costa, em Paris, ao jornalista brasileiro José Jobim.⁴⁰ Do mesmo modo responderá ao documento assinado por 138 cidadãos, de várias profissões, que pretendiam provar a ilegitimidade e a ilegalidade política do Estado Novo, dirigido a Salazar, para que abandonasse voluntariamente o poder. *Resposta a 138 Amigos do "Bem Público"* – assim chamou Brochado, ironicamente, a uma conferência proferida em 18 de Abril de 1959 perante as Comissões Políticas da União Nacional de Lisboa.⁴¹

- 26 E, como é óbvio, nessa oposição de "duas políticas", sobressai a lógica oficial – sempre referida nos seus textos – de que o Estado Novo é a única salvação para Portugal. São muitos os discursos e as conferências realizadas nesses anos fundamentais para a sobrevivência do regime, de 1959 a 1961: *Política do Estado Novo* (1959),⁴² *Actualidade do Estado Novo* (1959),⁴³ *Ética do Estado Novo* (1959),⁴⁴ *Passado, Presente e Futuro* (1960),⁴⁵ *A Missão de Salazar* (1960),⁴⁶ *Teoria da União Nacional e Realidades da África Portuguesa* (1961).⁴⁷
- 27 Alguns títulos são idênticos e outros não, mas as ideias são praticamente repetidas nestas várias intervenções do político de Salazar. Desde os textos de *A Verdade* continuava a mitificar o Presidente do Governo, que identificava com a "alma nacional":
- Salazar não é um político – é a própria política nacional dos nossos dias; também não é um chefe de partido, nem de escola, nem de regime – é a alma viva da Nação à procura do seu futuro, no mar revolto das paixões e dos interesses nacionais e internacionais.⁴⁸
- 28 Portanto, Portugal, longe de estar à margem dos povos, é também o seu condutor, dirigido por Salazar. A "democracia directa", o "liberalismo político-económico", estava a morrer, assim como deveria morrer a "democracia popular exemplificada na Rússia e seus países satélites". Mas mantinha-se vivo o "Liberalismo-filosofia-da-Vida-e-do-Homem, que é uma das maiores aquisições do Cristianismo, como fundamento pelo respeito sagrado pela dignidade da pessoa humana". Brochado acrescentará: "desse somos nós os defensores e é nele, precisamente, que baseamos a nossa doutrina". E continuará: "E o mesmo diremos da Democracia orgânica, outra conquista do Cristianismo, através da teoria do direito divino providencial, de que a nossa política é, de que nós somos, os legítimos defensores, ninguém o tendo defendido melhor do que nós em todo o Ocidente". Dirá ainda mais, como uma conclusão fundamental a coroar todo o raciocínio: "Não regressaremos, portanto, ao regime de partidos, à Democracia directa, que aliás fez a sua época, e temos a certeza de que todo o Ocidente terá de nos seguir, mais cedo ou mais tarde, como está fazendo a França (pátria da democracia directa, fonte dos partidos!), se se quiser efectivamente vencer o totalitarismo soviético que já abarca meio mundo."⁴⁹
- 29 Nesta lógica de Portugal e de Salazar condutores de povos – a própria França gaullista nos estaria a dar razão – era preciso fazer compreender (eis a suprema dificuldade!) que Salazar não era eterno e que haveria em Portugal de se continuar o caminho por ele traçado: "Salazar há-de desaparecer do número dos vivos, como sucede a todos os homens, e a Nação Portuguesa tem de continuar a sua História".⁵⁰ Por isso, haveria que dinamizar a União Nacional – e essa tarefa ia-se tornando praticamente impossível nesse final dos anos cinquenta, que marcam urna viragem da sociedade –, que, paradoxalmente, mas de forma coerente com o pensamento do Estado Novo, era entendida como o partido "não partido" ou não era considerado mesmo um partido:
- Seremos, então, o partido dos que não querem partidos?
A União Nacional, por isso que não é um partido mas serviço político da Nação, não se dirige a alguns mas a todos os Portugueses, e não existe para os dividir em lutas fratricidas, à roda de mitos e paixões, mas unicamente para os servir – como a força de coesão que une as moléculas de um corpo que não deseja pulverizar-se.
É isso mesmo: somos, nesta hora apocalíptica do Mundo em revolução permanente, a força de coesão destinada a manter a unidade e a vida do grande corpo nacional de aquém e além mar.⁵¹
- 30 Nesta lógica, não haveria, portanto, lugar para qualquer mudança política em Portugal, pois seria o próprio Portugal o motor da verdadeira mudança, já que se, ao contrário, se modelasse politicamente pelos regimes existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na

França, iria afinal lutar contra as dificuldades do capitalismo, porque eles passam, e iria entrar num processo de revisão de sistemas político-económicos, que era o problema "mais grave de toda a história da Europa".⁵²

- 31 Salazar era, para Costa Brochado (insistimos nesta ideia), um "génio político"⁵³ (terminologia que, curiosamente, o próprio Salazar utilizou quando, em 1938, se referiu a Mussolini).⁵⁴ No seu dizer, porventura ainda mais expressivo: "Salazar, historicamente falando, não é um Homem mas sim uma Obra – uma obra de salvação nacional".⁵⁵ Era – se empregarmos ainda mais outra significativa forma de dizer de Brochado, quando se referia ao dia 28 de Abril, data do seu nascimento, em 1889 – "um Português anónimo" em que "a providência [...] infundiu os misteriosos segredos e as virtudes heróicas de que a Pátria carecia, no governo do Estado, para não soçobrar, de vez, em nossos dias".⁵⁶ Um homem com uma missão semelhante ao Infante D. Henrique – era outra imagem apresentada pelo ideólogo, inspirando-se, curiosamente, num discurso de Eisenhower,⁵⁷ numa concepção que pretende salientar o papel dos "guias", dos "chefes de eleição", cuja função consistia, no seu discurso carlyliano, "em interpretar a universalidade do presente, traçando as linhas mestras do futuro, por forma que os povos perdidos em atalhos reencontrem a estrada lisa dos seus destinos".⁵⁸

- 32 Assim, se era considerado "um crime de lesa-Pátria destruí-lo no caos e na anarquia moral e intelectual dos grupos e facções revolucionárias",⁵⁹ também seria criminoso pensar que "o Estado Novo é Salazar, regime pessoal para o tempo da sua vida". O Estado Novo fora também realizado pelas elites, que são no fundo o que mais precioso existe na sociedade portuguesa, dado que os restantes grupos sociais não têm expressão. Vejamos como Brochado descreve essas elites, também construtoras do Estado Novo, numa evocação que não esquece, para lhe dar força, a "história gloriosa da Pátria":

Na verdade, jamais houve Estadista, desde a Restauração para cá, que reunisse à sua volta, em qualidade e quantidade, um escol de colaboradores como aqueles que vêm trabalhando com Salazar, há três décadas memoráveis. Assim como também não há memória, na nossa história política, desde os séculos XV e XVI, de algum Regime ter interessado a Nação inteira, a Nação orgânica, como o Estado Novo vem interessando Portugal sob a égide de Salazar.

Noventa e tantos por cento das aristocracias nacionais têm colaborado e continuam colaborando, activamente, com Salazar e o Estado Novo, sendo historicamente impossível dissociar a Nação do Regime e do seu fundador, visto que Nação, Regime e Salazar se fundiram, há muito, num todo – fora do qual já não será possível vida social nem unidade nacional que nos permitam continuarmos a nossa história.

Não quer isto dizer, é evidente, que fora dos quadros do Regime, e do escol que o vai realizando, não haja portugueses valiosos; são, porém, minoria sem expressão, que a Nação orgânica não entende nem escuta e que, por isso, vivem vida intelectual especulativa, à margem das realidades positivas da sociedade portuguesa.⁶⁰

- 33 Era esta a grande questão para os defensores do Estado Novo, ou seja, a impossibilidade de o pensarem como regime com a oposição daqueles que não pensavam como eles, isto é, como Salazar e os salazaristas. Na verdade, há uma lógica "totalitária" nesta forma de pensamento, que o colocou num beco sem saída. A "utopia" da "união nacional" era, efectivamente, impossível de manter, mas, como acabámos de observar, era a única maneira de defender o regime, mesmo nesses conturbados anos sessenta. Daí a dificuldade de poder entender o Estado Novo fora da lógica fascista mussoliniana em que "tudo" reside no Estado. Também afinal no regime de Salazar toda a Nação se identificava ou tenderia a identificar-se com o Estado Novo, pois, para além dos seus apoiantes ou militantes, apenas existia, no dizer de Brochado, urna "minoria sem expressão", relegada

(por mais valor que tivesse) para a categoria dos "intelectuais especulativos". Se não fala directamente em repressão justificada destes "intelectuais", como explicitamente se referia o décimo mandamento do *Decálogo do Estado Novo*,⁶¹ era apenas talvez porque Costa Brochado – amigo de integralistas como de comunistas, como (conforme vimos) confessou nas suas *Memórias* – teria, pelo menos formalmente e até certo ponto, um sentido de tolerância que o regime não queria manifestar, através da pena provável de João Ameal, num documento de 1934, tempo de construção do Novo Estado, que seria considerado um texto de propaganda fundamental e dissuasor de qualquer atitude oposicionista.

- 34 Nos anos sessenta, Brochado apenas queria acreditar, o mais serenamente possível, que o "futuro" do Estado Novo, identificado com o da Nação, ainda seria possível, apesar das tempestades internas e externas que já se sentiam. Por isso, dizia na sua conferência de Viseu, um dos seus últimos textos políticos, em 14 de Junho de 1960:

Nós podemos, de facto, voltar a ser, se quisermos, como disse Salazar, uma grande e próspera Nação. Mas a hora é esta, neste ano centenário do Infante

D. Henrique, sob a égide de Salazar. E o caminho é só um: realizar o Estado Novo, com todos os Portugueses e para todos os Portugueses, criando mais riqueza e aplicando-a e distribuindo-a melhor, numa política de verdadeira união nacional que pode e deve ser melhorada e actualizada mas jamais mistificada sob crime de lesa Pátria. [...]

[...1 Quando o Estado Novo estiver devidamente explicado, em suas origens e fins, a todos os Portugueses, por forma a não lhes ficarem dúvidas nenhuma, acabará a oposição em Portugal – porque o comunismo não é oposição mas revolução permanente e todos os outros vivem apenas das confusões que nós deixámos criar, em torno do Regime, esquecidos de que o povo português é muito inteligente e não gosta de confusões...⁶²

- 35 Fraca ilusão, porque os alegados "criminosos de lesa-Pátria" (com ideias de todas as tendências) de que fala iam multiplicar-se nesses derradeiros anos do Salazarismo, como se multiplicarão mesmo durante a chamada "Primavera marcelista", na qual Brochado já não colaborará. O próprio Brochado veio a ter disso, posteriormente, uma consciência crítica, quando escreveu estas linhas amargas no *Post-Scriptum* das suas *Memórias*: "E quando legiões de advogados, médicos, engenheiros, etc., começaram a pôr em dúvida Salazar e a própria Pátria, falando a mesma linguagem dos Estados Unidos e seus pares, o Povo Português perdeu o pé e afundou-se..."⁶³

- 36 O Estado Novo, com o espírito de "união nacional", no qual ainda queria acreditar em tempos críticos, revelou-se uma fortaleza com alicerces de barro e desfez-se com a "guerra colonial" ou as "campanhas ultramarinas" que atravessaram esses anos sessenta e a década seguinte, e, enfim, com o *putch* militar e o movimento nacional do 25 de Abril de 1974. Também os textos propriamente historiográficos de Costa Brochado não puderam contribuir em nada para evitar essa derrocada. Como, aliás, seria de esperar, pois a história, pela mesma altura, começa a ser encarada em outras perspectivas.

O historiógrafo

- 37 Costa Brochado entra em 19 de Julho de 1957 na Academia Portuguesa da História, em 21 de Março de 1969 é académico com o número 16 e em 18 de Fevereiro 1972 é promovido a vogal do Conselho Académico. Já tinha, porém, um longo currículo como historiógrafo, desde pelo menos os anos quarenta. Mais tarde, nas suas *Memórias*, Brochado dirá,

curiosamente, que "a Academia das Ciências era o bastião intelectual da Maçonaria e a Academia da História havia sido restaurada para se lhe opor do ponto de vista católico."⁶⁴

- 38 Criada em 19 de Maio de 1936, quando era ministro da Educação Nacional António Carneiro Pacheco, teve como símbolos, visíveis, por exemplo nos primeiros números do *Boletim da Academia Portuguesa da História*, os símbolos católicos, mas acima de tudo manifesta, desde o seu início, nos estatutos de 31 de Julho de 1937, um sentido nacionalista. No seu artigo 2º pode ler-se como fins primeiros da Academia: "Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da *contribuição portuguesa para o progresso da civilização*, bem como enriquecer a documentação dos *inauferíveis direitos de Portugal*". Além disso, entre os primeiros académicos podem contar-se vários monárquicos e sacerdotes católicos, a começar pelo presidente, o Doutor António de Vasconcelos, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.⁶⁵
- 39 Brochado, católico e monárquico desde os anos quarenta – "por inteligência e por contraste..." (conforme confessa nas suas *Memórias*⁶⁶), considerando que "a Monarquia como a da nossa 1ª Dinastia é o melhor dos regimes em confronto com quantos têm sido experimentados..." –, salazarista confesso e incondicional, articulava-se bem com o espírito da Academia nesse tempo do Estado Novo. Mas, não será tanto nas suas comunicações, sobre temas específicos – nas quais se incluem o elogio ao Monsenhor Miguel de Oliveira, autor de uma conhecida *História Eclesiástica de Portugal*, bem integrada na lógica do salazarismo e no espírito eclesiástico tradicional, vencedora, em 1940, do Prémio Alexandre Herculano do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) – que encontramos a linha de rumo da historiografia de Brochado. Como dizíamos, ela é muito anterior e surge – segundo as suas confidências memoriais – quando foi nomeado em 1935 redactor do *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, altura em que Joaquim Leitão lhe pediu para dirigir os Serviços de Biblioteca e Arquivo. Foi a partir dessa altura, até ao momento em que, nos anos cinquenta, volta à liça política no interior da União Nacional, período que designou como "travessia do deserto", que se desenrola, pois, a sua prática mais profícua de historiógrafo.⁶⁷
- 40 Seguindo uma linha de rumo de acordo com a "razão de Deus" e com a "razão de Estado" (salazarista), vai, pois, ser reconhecido pelo regime. O seu primeiro livro, *D. Sebastião, O Desejado* (1941),⁶⁸ recebe uma menção honrosa no Concurso Nacional de História, que atribuía o Prémio Alexandre Herculano, do SPN, nesse ano ganho pela *História de Portugal*, de João Ameal. A obra *Infante D. Henrique*,⁶⁹ publicada no ano seguinte, foi a vencedora do referido prémio. Logo no ano imediato, 1943, publica *Afonso de Albuquerque*,⁷⁰ vencedor do prémio de História no concurso de Literatura Colonial.
- 41 E, a estas obras, longas e prolixas (com uma média de 400 páginas por livro), sempre servidas de pretensa justificação erudita e de interpretações consideradas pelo autor como "originais", mas também escritas de forma divulgativa, capazes de captar o leitor, segue-se *D. Afonso Henriques*, que vem à luz em 1947 (o ano do Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros, que constituiu um dos acontecimentos marcantes dos espectáculos históricos do Estado Novo).⁷¹
- 42 A premiar este vasto labor – que teve também uma obra de "historiografia religiosa", de tipo fideísta (*Fátima à luz da História*, com o *nihil obstat* do jesuíta Padre Agostinho Veloso, datado dia da Anunciação de Nossa Senhora, e o *Imprimatur* do Cardeal Cerejeira, de 28 de Abril de 1948⁷²) – é nomeado, em 1950, secretário geral da Comissão das Comemorações do

IV Centenário da Morte de S. João de Deus, vindo também a produzir um estudo sobre o tema.⁷³ E, em 1958 (era já académico), vem a integrar a Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Neste contexto, escreve vários textos, entre eles um dos volumes da "Colecção Henriquina", *Descobrimento do Atlântico* (1958).⁷⁴

- 43 Entretanto, nos anos quarenta, envolvera-se numa polémica com Duarte Leite acerca do seu livro *Infante D. Henrique*. Não era, naturalmente, apenas urna polémica historiográfica, mas ideológica, já que Duarte Leite fora uma das personalidades mais importantes da Primeira República e nessa altura a historiografia era também uma arma de combate, da "situação" e da "oposição". Parte do debate veio publicado na revista *Seara Nova*, mas Costa Brochado publicou o seu próprio livro, intitulado precisamente *História de uma Polémica* (1944).⁷⁵ Igualmente as Comemorações Henriquinas iriam originar outra polémica de grande significado mas de menor ressonância, ligada ao impedimento da publicação da obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*,⁷⁶ na "Colecção Henriquina", por alegados intuítos economicistas, o que desvirtuaria o "verdadeiro sentido, essencialmente espiritual" – segundo a óptica de Costa Brochado – da nossa expansão.
- 44 Ainda no final dos anos quarenta escreve um texto de sabor historiográfico que tem um sentido de intervenção mais directa nos assuntos políticos de carácter luso, já que, à aproximação do Brasil no tempo de Getúlio Vargas, se sucedeu, depois da guerra, ou no seu final, uma clara tentativa de estabilização (sempre difícil) das relações luso-brasileiras. Além disso, era também uma arma contra o anticolonialismo que começava a propagar-se nesses anos do pós-guerra. O livro, publicado em 1949, ano da fundação da NATO, intitula-se *A Lição do Brasil*.⁷⁷ Nos anos cinquenta, em que de novo se começa a integrar activamente na política, produz obras de menor fôlego do que as primeiras e com um carácter mais directamente de política funcional. Para além de *A Conquista de Lisboa aos Mouros* (1952), escrita – segundo dizia no breve Prefácio – por verificar que "constituiu acontecimento fundamental da política europeia daqueles tempos", escreve, no contexto do agudizar dos problemas indianos, o opúsculo *Que significa a índia para os Portugueses* (1954).⁷⁸
- 45 1960 é o ano do Centenário Henriquino. Passado esse tempo, é a vez de escrever outra longa obra (com cerca de 300 páginas), mas desta vez sem uma só nota de rodapé, abandonando pois uma pretensa erudição historiográfica para entrar decididamente na divulgação, uma divulgação de tipo ideológico. Trata-se do livro com o título significativo *D. Pedro I. "Em prol do seu poboo"* (1965).⁷⁹
- 46 O seu labor historiográfico vai prolongar-se para além da sua actividade política, através das comunicações referidas, apresentadas na Academia Portuguesa da História: desde o texto *Tentativas de Canonização de El-Rei D. Afonso Henriques* (1957)⁸⁰ até *O Povo Eleito na História da Civilização* (1976),⁸¹ já publicado, portanto, depois do 25 de Abril.
- 47 Só as suas *Memórias*, publicadas em 1987 (nesse mesmo ano saiu a segunda e a terceira edição), em que narra a sua história e as suas "estórias", vão pôr fim às suas publicações. Morre em 20 de Novembro de 1989, com 85 anos. Antes, porém, de "entrar no outro Mundo", terá escrito ao Conselho Académico da Academia Portuguesa da História, com data de 17 de Março de 1987, uma carta em que pedia para "renunciar à qualidade de sócio do Número". Conforme dizia, ao contrário da sua crença no "outro Mundo", descreia da "imortalidade Académica" ...⁸²

- 48 Foi, porém, um gesto sentimental, que pretendia ser de coerência – Brochado entenderia que a Academia teria perdido, com o regime democrático do pós-25 de Abril, a sua razão de ser –, mas que logo foi ultrapassado, devido a um acto de conciliação que a instituição académica lhe promoveu. Por isso, Costa Brochado transcreve essa carta somente na 1ª edição das referidas *Memórias*, apagando-a nas edições posteriores.⁸³

A "história" ao serviço da "Razão de Deus" e da "Razão de Estado"

- 49 Finalmente, procuremos entender melhor o sentido da historiografia de Costa Brochado que já dissemos estar ao serviço da "Razão de Deus" e da "Razão de Estado" (salazarista).
- 50 Sigamos agora uma linha essencialmente cronológica dos acontecimentos históricos tratados, para percebermos a ideologia que está por detrás da sua interpretação histórica, que vamos destacar, não nos envolvendo tanto em críticas metodológicas e de conteúdo.
- 51 Obviamente que a Fundação da Nacionalidade tinha, para Brochado, um papel fundamental. Mas não só a nível nacional, pois pretende integrar sempre a história de Portugal na história do Mundo, centrada na ideia de Civilização Cristã Ocidental, que ultrapassava também, em muito, a realidade do século XII. Afonso Henriques, como as outras figuras que tratou, eram afinal uma espécie de heróis carlylianos (recorde-se o livro de Thomas Carlyle, *On heroes, heroworship and the heroic in the history*), espécie de personagens providenciais a quem cabe dirigir a sociedade em determinados momentos, competindo ao povo seguir activamente os seus desígnios. Assim, o nosso primeiro rei aparece, em dado momento, na sequência do processo iniciado séculos atrás, a dirigir todo o movimento de Reconquista Cristã, não só congregando portugueses mas cruzados de várias partes da Cristandade. Daí a importância referida que Brochado concede – como vimos – à conquista de Lisboa aos mouros. Afinal o livro *D. Afonso Henriques*, o primeiro herói da sua cronologia heróica, embora seja o terceiro da sua cronologia bibliográfica, aponta, por isso, para outras missões a serem desenvolvidas por outros heróis, não só em Portugal, mas em Espanha, ou seja, todo o processo seguinte da Reconquista, que tem como ponto alto o Salado mas que culmina, na Península Ibérica, com Fernando e Isabel, os Reis Católicos de Aragão e Castela, e que terá outro desenvolvimento com as Descobertas e as Conquistas ultramarinas, de que destaca nomeadamente o Infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque. São estas as derradeiras palavras do seu livro, publicado (como dissemos) em 1947, sobre o "rei fundador":

Expulsos, enfim, os mouros da península ibérica, ergueu-se a Cruz de Cristo desde as montanhas das Astúrias às praias de Algeciras, e a Igreja Católica pôde respirar fundo e sossegar um instante das suas porfiadas canseiras de tantos séculos seguidos.

Mas o Mundo Cristão, apesar de livre do afiado punhal de aço que lhe ameaçava as costas há centenas de anos, não se podia considerar definitivamente constituído e consagrado, à face do mundo conhecido, só porque os árabes haviam sido expulsos da Espanha. O Mundo Árabe, de que a península ibérica não fora mais do que uma das muitas partes que o compunham, continuava a dominar os recursos vitais da humanidade, desde as indispensáveis matérias primas asiáticas ao comércio de toda a cristandade. Era preciso, portanto, para que o Mundo Cristão se estendesse a toda a terra, erguendo a cruz de Cristo entre todos os filhos de Deus, que os árabes fossem privados das riquezas fabulosas com que alimentavam a harmonia e a força

dos seus exércitos. Sobretudo, era indispensável arrancar-lhes o domínio do comércio indiano.

Essa tarefa gigantesca, que decidiu em sentido cristão os destinos da humanidade, foi reservada aos Portugueses, os quais a realizaram, conforme demonstro nos meus livros Infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque, de uma forma que ainda hoje infunde espanto.⁸⁴

- 52 D. Henrique é, pois, o símbolo dos Descobrimentos, que, por sua vez, têm um papel fundamental no "Mundo Cristão" e não têm apenas que ver com uma simples epopeia portuguesa.⁸⁵ O Infante é um "herói": "Não era um homem *galante*, nem um *sportman*, nem um *cabecilha* para qualquer das facções que dividiam o país. O seu espírito pairava muito acima das pequenas lutas da política. Enchia-o a beleza estranha das coisas novas que sonhava. A meditação, o estudo, aquela surpreendente disciplina moral e mental que o afasta do mundo para ao mundo dar formas novas, fizeram dele uma pessoa estranha, que realiza o paradoxo de renunciar à vida para a tornar mais bela e confortável!"⁸⁶ Não se admire que digamos que Brochado, ao interpretar assim a figura do Infante de Sagres, estivesse também a pensar em Salazar, pois, como vimos, ele próprio não deixou de aproximar os dois "heróis", como fizeram, de resto, outros salazaristas.⁸⁷ Por sua vez, o Infante D. Pedro pode também, na sua lógica de encontrar o "anti-herói", aproximar-se do "intelectual" da oposição ao salazarismo: "Decididamente o Infante D. Pedro, apesar da experiência e da cultura que o exornavam e de que deixou provas nalguns bons serviços prestados ao país, cedia à cobiça de mandar, e as grandes qualidades que possuía perdiam-se no orgulho e na paixão que essa ideia dominante incendiava. Por este caminho, cuidando da sua pessoa e supondo-se superior a todos, criou ódios mortais entre a nobreza, que o não podia ver. [...] E na pessoa deste Duque se foram concentrando, através da Regência de D. Pedro, todas as más vontades que ele provocava".⁸⁸ Alfarrobeira fora assim o justo castigo para a oposição que este "intelectual" com espírito de partido representava.
- 53 É nesta dialéctica entre o bem e o mal que, para Brochado, se desenvolve a história. Venceu D. Henrique e o seu desejo heróico de constituir além-Europa uma outra realidade, percurso que o historiógrafo-ideólogo procurou acompanhar. "E assim foi que a Civilização ocidental cristã começou a dominar o Mundo!"⁸⁹ – termina com estas palavras retumbantes o livro sobre o seu "herói" solitário, sacrificado ao estudo e a uma causa.
- 54 Outro "herói", da Conquista do Império e do Mundo Cristão, é Afonso de Albuquerque, cuja "história", sempre integrada na história da Europa e do Mundo, analisa, num livro que é o mais volumoso de quantos escreveu (quase 500 páginas). Outros "heróis" serão, no seu modo de pensar e de dizer, S. João de Deus, "figura moral sem par na história dos grandes apóstolos da Caridade", o santo português que vivera para os pobres por essa Europa cristã,⁹⁰ e os missionários que levarão a cruz de Cristo a todos os cantos do Mundo. Com a "agonia e morte do Gigante" Afonso de Albuquerque também se verifica o "sonho desfeito" do Império cristão em Portugal: "A chama sagrada do Mundo Cristão, que os Portugueses detinham desde os tempos do Infante D. Henrique, passa para as mãos de Carlos V. É ele, agora, quem, imperador da Europa cristã, benzido e coroado pelo Papa, assume o encargo de destruir os turcos e salvar o Mundo Cristão. Vibra-lhes o primeiro golpe mortal em Tunes, e nunca mais os deixa em situação de poderem dominar. Mas, ainda assim, era tal a vitalidade do império Otomano que ele subsistiu até os nossos dias, só perdendo importância militar e política a partir da ocupação francesa, em 1830!"⁹¹
- 55 Nesta história dialéctica de Costa Brochado aparece, portanto, sempre, o pólo cristão e o pólo muçulmano, "pólo demoníaco", que será substituído por outros. Serão esses pólos o

"liberalismo" e a maçonaria do século XIX (o "estúpido século XIX", segundo Daudet⁹²), que se prolongará pelo século XX, com a República em Portugal e o Comunismo no Oriente. E se Fátima representará, no campo religioso, a vitória da Cruz sobre o Triângulo e as profecias da derrota do Comunismo, no domínio mais estrito da política Salazar será o derradeiro "herói" do Mundo Cristão ocidental. No fundo, ambos representam Portugal, que tentará levar o seu credo aos outros povos que perigosamente mantiveram o regime "ultrapassado" dos partidos, permitindo assim a afirmação da foice e do martelo.

- 56 Neste contexto histórico de longo curso, surgem outros "heróis". É o caso do rei D. Pedro I, símbolo da justiça e amado pelo povo, que conseguiu ultrapassar as lutas internas, combatendo contra os privilégios e os "partidos":

O reinado de El-Rei D. Pedro I foi, como já sabemos, um período de paz, de ordem e de progresso, do princípio até ao fim. [...] A paz e a ordem em que a vida nacional decorreu durante o governo deste Monarca singular, favoreceu, naturalmente, o desenvolvimento económico e social do País, de forma que, à morte de D. Pedro, toda a gente chorou, considerando que ele a todos havia proporcionado, com o seu governo justo e sua administração exemplar, os dez anos mais tranquilos e abastados que Portugal, até aí, tinha vivido.[...]

O segredo de D. Pedro I consistiu, quanto a nós, em conseguir, antes de mais nada, através de uma hábil e firme política externa, manter a neutralidade do País, não só nas querelas intestinas dos Reinos peninsulares, mas também nos graves dissídios europeus que estão na base da guerra dos cem anos; e, depois, em extinguir os vestígios de guerra civil no País, quer esquecendo-se, ele mesmo, dos graves conflitos do tempo de seu pai, quer abafando, com uma política interna tão sensata como lúcida, as pretensões políticas do Clero e da Nobreza. Tornando-se rapidamente popular, sem demagogia, mas com sincera naturalidade,[...] logo que surpreendeu o País com as suas primeiras medidas inovadoras e justicieras passou a ser amado do Povo que lhe emprestou toda a força de que carecia."⁹³

- 57 Publicada em 1965, esta obra sobre D. Pedro não pode – na lógica de Brochado, em que sempre pressentimos um vai-vem no tempo, um caminhar do passado para o presente e do presente para o passado – deixar de nos levar a pensar no retrato que ele tinha de Salazar, que formara desde os inícios do Estado Novo e que consolidara agora, numa altura que já era de crise para o regime, mas num tempo que se adivinhava cada vez mais crítico.
- 58 Falando, nas suas *Memórias*, da entrevista que Salazar lhe concedera para o jornal *A Verdade*, já nos afastados anos trinta, dá-nos esta surpreendente (ou talvez não) imagem do "Chefe": "Retenho dessa nossa primeira entrevista, a sós, que Salazar era sinceramente antimilitarista, anticlerical, justo, recto e verdadeiro!"⁹⁴ Como é que um militante católico do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC) e do Centro Católico Português poderia ser considerado "anticlerical"? Obviamente que na perspectiva de que o clero poderia constituir um poder, como os militares, contra a "política popular", sem partidos nem privilégios. Tal como via D. Pedro, o monarca justo que estava acima de privilégios das ordens. Por isso, nos anos sessenta do século XX, todo o povo deveria seguir Salazar, como o povo seguira D. Pedro no século XIV. Era afinal isso que o próprio Brochado escrevera no Prefácio do livro, datado de 9 de Fevereiro de 1965: "*Praza a Deus que todos nós, os Portugueses de hoje, saibamos estar à altura de El-Rei D. Pedro I, e 'do Poboo', na hora turva e amarga que aí vem*".⁹⁵
- 59 Outro "herói" (talvez menos "herói"), a quem dedicou (como vimos) o seu primeiro livro, foi D. Sebastião. Procurou afinal apresentá-lo livre de críticas que lhe eram comumente feitas – em especial pela corrente republicana, na polémica sobre a crise do final do século

XVI e o Seiscentismo –, entendendo-o, ao invés, como "bom católico", casto e pudorado. Contra a corrente do tempo, contra mesmo o que lhe indicavam os seus autênticos conselheiros (os jesuítas irmãos Câmara), ludibriado pelo "partido espanhol", D. Sebastião, sentindo-se "disposto e obrigado a aplicar-se no serviço da Fé e do Império", pensou Marrocos como "questão vital para a Nação e a Igreja". Daí adveio o desastre de Alcácer Quibir, mas permaneceu a lenda do rei santo e "desejado", mesmo – segundo Brochado, inspirado no livro polémico de Afonso Dornelas,⁹⁶ escrito contra os juízos republicanos – entre os muçulmanos. E exclamava, com a inspiração de Chateaubriand: "Como '*junto do grande Rei português*', pareciam '*ignóbeis e pequenos*' certos príncipes favoritos da fortuna, '*tão pouco dignos da sua alta jerarquia*'!".⁹⁷

- 60 Eram igualmente "heróis" os missionários do Brasil, que tentaram livrar os índios da escravatura e suavizar a escravatura dos negros, considerada uma necessidade na época e uma necessidade para a economia portuguesa. Contrariando Gilberto Freire, que mostrava os índios de forma benigna, "ensinando aos Portugueses benefícios da sua civilização", sobretudo no que tocava a hábitos higiénicos, apresenta os autóctones do Brasil com palavras duras e mesmo chocantes: "o índio brasileiro era imundo, física e moralmente, metendo-se nas águas dos rios pelos mesmos motivos que o Europeu via os cevados banharem-se nos charcos e ribeiros..."⁹⁸ Foram, portanto, os portugueses os únicos civilizadores, assim como teriam tratado os escravos negros com humanidade, ao contrário do que sucedera com os anglo-americanos, os franceses ou os holandeses. No período do pós-guerra em que a campanha anticolonial se começava a acender, Costa Brochado procurava dar ênfase ao que considerava a "lição do Brasil", ou seja, a forma de "colonização exemplar" de Portugal, em comparação com a colonização de outros povos. O capítulo "Confronto esclarecedor" era o desenvolvimento deste tema.⁹⁹
- 61 O citado opúsculo sobre a Índia, de 1954, era ainda mais evidente quanto aos propósitos políticos. Portugal é o símbolo da Civilização Cristã no Oriente, tendo levado a efeito uma política de miscigenação, que levou essa civilização directamente ao povo indiano. Assim, os povos da Índia Portuguesa – dizia no seu tom eurocentrista – "são Portugueses e não Indianos: porque são Cristãos e não adoradores de bichos; porque são, sobretudo, Ocidentais e não Orientais!"¹⁰⁰ E, dentro da lógica do "herói" – neste caso não o "herói condutor", mas o "herói povo" – cita o caso de Aniceto do Rosário, indo-português, vítima da guerra contra a Índia Portuguesa pela força de Nehru. A concepção promovida pelo Estado Novo de Salazar, através dos seus discursos, em que se assume como "missionário" quase isolado de uma "ideia", foi naturalmente assimilada por Brochado, o qual não se cansa de afirmar que, ao contrário de Portugal, as nações europeias esqueceram o seu dever civilizacional para com o mundo. Portugal é, pois, o "herói" que persiste, personalizado pelo líder Salazar:

Foi no rasto dos Portugueses que todos os povos europeus, que a Civilização Ocidental penetrou em toda a Ásia, dando volta ao Mundo inteiro, e dominando a humanidade desde então aos nossos dias. E assim veio a florescer e triunfar, nas cinco partes do Mundo, a mais bela civilização de que fala a história do Homem sobre a Terra.

Mas as nações europeias que nos últimos séculos têm conduzido, em toda a parte, o facho dessa civilização, parece terem-se demitido, voluntariamente, da sua altíssima missão, conspurcando, primeiro, os seus princípios fundamentais, e abandonando, agora, o Mundo, ao milénário imperialismo asiático renascido, enquanto o cerco da Europa se vai apertando com uma força nunca vista em tempo algum.

Cabe a Portugal, ainda nesta hora conturbada e decisiva, a honra e a glória de poder afirmar, perante a História, que nunca traiu a sua missão ocidentalista, nem jamais se demitiu, voluntariamente, dos seus deveres, perante o inimigo permanente da nossa civilização e da própria espécie humana.

Por onde quer que passaram, em todos os pontos do Globo que lhes coube ocidentalizar, ergueram os Portugueses comunidades cristãs, onde legiões de seres humanos subiram das trevas para a luz da nossa civilização, transformados em testemunhos vivos do nosso dever cumprido [...].¹⁰¹

- 62 Portugal é, pois, o grande "herói" desta tragédia, é "O Povo Eleito na História da Civilização", conforme intitulava – como dissemos – uma comunicação tardia apresentada à Academia Portuguesa da História, em 1976. Costa Brochado, coerentemente, nunca se deu conta de que o tempo tinha passado e as sua *Memórias*, de 1987, tinham na capa uma foto de Cerejeira e de Salazar, que para ele constituíam os símbolos, os "heróis" da Civilização Cristã portuguesa, que defendera até quando e quanto pudera, utilizando a ideologia e a historiografia, a historiografia e a ideologia, profundamente ligadas, a ponto de podermos perguntar se os seus escritos não são afinal textos de ideologia historiográfica ou de historiografia ideológica.

A concluir

- 63 Costa Brochado não passou de Secretário Geral da Assembleia Nacional e de membro influente da União Nacional, mas a sua acção, se não se caracterizou pelo sentido da "política do espírito" de António Ferro ou do jornalismo intelectual de Augusto de Castro, salientou-se, pelo menos, pela fidelidade às suas ideias – o ideal da Civilização Cristã, que foi procurando detectar ao longo da História e que culminou com a personalidade, para ele ímpar (como o foram os outros "heróis") de Salazar. Assistindo à sua morte e à morte do regime pela qual lutou ao longo da vida, que considerou representar Portugal ou a Nação portuguesa, restou-lhe contar a história da sua vida, à sua maneira, através das *Memórias* que publicou poucos anos antes de morrer.
- 64 Por isso intitulámos, com um sentido simbólico, este texto, com a expressão com que terminavam obrigatoriamente os documentos oficiais durante o Estado Novo, "A Bem da Nação". Foi essa a intenção de Costa Brochado ao escrever os seus textos ideológicos e historiográficos. Mas deve entender-se aqui por "Nação" não apenas a "Nação Portuguesa", mas a "Nação Cristã Europeia e Ocidental", também de sentido "Universal". E, nesta defesa dogmática, opunha-se a todos "demónios" que – a seu ver – a procuravam destruir, quer fosse o Islão, quer fosse o demoliberalismo, quer fosse a maçonaria, quer fosse o comunismo, quer fosse mesmo... a traição do próprio "Ocidente". Assim, também ele, como Salazar, se sentiria, no fim da sua vida, "orgulhosamente só".

NOTES

1. Costa Brochado. *Um intelectual orgânico do regime salazarista*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, policopiada. Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2001.
2. Costa Brochado. *Um intelectual orgânico do regime salazarista*. Coimbra, Mar da Palavra, 2004.
3. *Le Siècle des Intellectuels*. Paris, Editions du Seuil, 1997. Segunda edição revista e aumentada, em livro de bolso: 1999; edição portuguesa: Lisboa, Terramar, 2000. Na mesma editora, Jacques Julliard publicou com Winock o *Dictionnaire des Intellectuels Français. Les Personnes, les Lieux, les Moments*, Paris, Ed. Du Seuil, 1996.
4. *Naissance des "Intellectuels". 1880-1900*. Paris, Editions Minuit, 1990.
5. Veja-se o complexo ensaio de Gramsci, "Appunti e note per un gruppo di saggi sulla storia degli intellettuali", Quaderni, 12 (XXIX), 1932, in *Quaderni del carcere*, vol. terzo. Torino, Einaudi, 1975/2001, p. 1511 ss.
6. *Les Intellectuels au Moyen Âge*. Paris, Editions du Seuil, 1957. Primeira edição portuguesa: *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estúdios Cor, 1973.
7. *Intelletuali di fronte al fascismo*. Roma, Bontieci Editore, 1985.
8. *Intellettuali militanti e intellettuali funzionari. Appunti sulla cultura fascista*. Twim, Giulio Einaudi, 1979.
9. *Naissance de l'idéologie fasciste*. Com a colaboração de Mario Sznajder e Mala Ashéri. Paris, Fayard, 1989. Edição portuguesa: Venda Nova, Bertrand, 1995.
10. *The Fascist experience – italian society and culture, 1922-1945*. Nova York, Basic Books, 1972.
11. *La Conversion des Intellectuels au Catholicisme en France. 1885-1935*. Paris, CNRS Éditions, 1998.
12. *Ob. cit.*, pp. 11-12. Mantivemos, neste e noutros casos, em que transcrevemos Prefácios ou outros textos, o itálico do original.
13. *Passado, Presente e Futuro*. Conferência realizada em Viseu em 14 de Junho de 1960, perante as comissões políticas do distrito e sob a presidência do Governador Civil. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960, p. 19 ss.
14. *Salazar e "A Verdade"*, Porto, Edição de Autor? (Depositária: Livraria Educação Nacional), 1937, p. 24.
15. *Memórias de Costa Brochado*. Lisboa, Edição de Autor (Depositária: Livraria Popular Francisco Franco), 1987, p. 119.
16. *Cfr. ob. cit.*, pp. 342-344.
17. *Ob. cit.*, p. 238.
18. Vide Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga – *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa, Temas e Debates, 1998, vol. 1, sobretudo p. 283 ss.
19. *Memórias, passim* e p. 73.
20. Ver essas entrevistas no próprio jornal ou na obra de Brochado, *Salazar e "A Verdade"*, Porto, Edição de Autor? (Depositária: Livraria Educação Nacional), 1937, p. 43 ss.
21. *Memórias*, p. 124 ss.
22. *Salazar e "A Verdade"*, p. 24.
23. *Memórias*, p. 116.
24. Vide *Nação Portuguesa*, n.ºs 1, 4, 10, 11, 12.
25. *O Sr. Norton de Matos e a sua Candidatura*. Lisboa, Portugália Editora, 1949. No Prefácio desta obra, afirmando-se como estudioso do "período que vai de 1910 a 1926", pergunta: "Como poderia um português consagrado ao estudo da história pátria ficar silencioso ao vê-la deturpada? Como havia de ficar

inerte, perante o que vinha de ler [refere-se ao manifesto de Norton de Matos como candidato à Presidência da República], um homem que está estudando o regime republicano? O escritor não pode furtar-se aos deveres do patriotismo, nem ficar neutro nas batalhas entre a Verdade e a Mentira" (pp. 8-9).

26. *Ob. cit.*, p. 19.

27. *A Nação Una*. Com um Prefácio do Prof. Egas Moniz. Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, [1952].

28. *Ob. cit.*, *passim*.

29. *Memórias*, p. 275.

30. *Para a História de um Regime*. Lisboa, Editorial Império, 1949.

31. *Ob. cit.*, Prefácio, p. 6.

32. *Ob. cit.*, Prefácio, pp. 6-7.

33. *Para a História do Liberalismo e da Democracia Directa em Portugal*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1959.

34. *Ob. cit.*, p. 11.

35. *Memórias*, p. 156.

36. *Cfr.*, por exemplo, *Para a História do Liberalismo...*, pp. 10-11 e 15 ss.

37. Vide, por exemplo, *Ética do Estado Novo*. Conferência realizada em Lisboa, em 9 de Abril de 1959, perante as Comissões Políticas da União Nacional. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959, p. 22.

38. *Duas Políticas. Duas Épocas*. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

39. *Duas Escolas Políticas. Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1934*. Lisboa, Edições SPN, 1934. Vide o artigo da nossa autoria "Duas 'verdades'. Salazar e Afonso Costa", in *Revista de História das Ideias*, nº 23, "História e Verdade(s)", Coimbra, Faculdade de Letras, 2002, pp. 409-446.

40. *A Verdade sobre Salazar*. Prefácio de Danton Jobim. Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.

41. *Resposta a 138 Amigos do "Bem Público"*. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1969.

42. *Política do Estado Novo*. Conferência realizada em Bragança na posse da Comissão Distrital da União Nacional em 9 de Março de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

43. *Actualidade do Estado Novo*. Conferência realizada na sede da União Nacional perante as Comissões Políticas de Lisboa, em 2 de Abril de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

44. *Ética do Estado Novo*. Conferência realizada em Lisboa perante as Comissões Políticas da União Nacional de Lisboa, em 9 de Abril, de 1959. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1959.

45. Texto já citado: *Passado, Presente e Futuro*. Conferência realizada em Viseu em 14 de Junho de 1960, perante as comissões políticas do distrito e sob a presidência do Governador Civil. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960.

46. *A Missão de Salazar*. Discurso proferido na "Liga 28 de Maio", em 27 de Abril de 1960, sob a presidência do ministro do Interior. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1960.

47. *Teoria da União Nacional e Realidades da África Portuguesa*. Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1961.

48. *Política do Estado Novo*, p. 11.

49. *Ob. cit.*, pp. 14-15.

50. *Idem*, p. 11.

51. *Idem*, pp. 16-17.

52. *Ética do Estado Novo*, pp. 20-21.

53. *A Missão de Salazar*, p. 17.

54. "Preocupação da Paz e Preocupação da Vida", discurso proferido na Emissora Nacional, no encerramento da campanha eleitoral para a nova Assembleia Nacional, em 27 de Outubro de 1938, *Discursos*, II, p. 105. Salazar pronunciava-se no contexto da conferência de Munique (29 de Setembro de 1938).

55. *A Missão de Salazar*, p. 18.

56. *A Missão de Salazar*, p. 18.

57. *Passado, Presente e Futuro*, pp. 9-10.
58. *Ob. cit.*, p. 12.
59. *A Missão de Salazar*, p. 16.
60. *Passado, Presente e Futuro*, pp. 15-16.
61. "Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria" (*Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, SPN, 1934, p. 87).
62. *Passado, Presente, Futuro*, pp. 28-29.
63. *Memórias*, p. 521.
64. *Memórias*, p. 328.
65. Vide, sobre as tendências da Academia Portuguesa da História na sua fase inicial, o título da nossa autoria "A 'Restauração' da Academia Portuguesa da História", in *História da História em Portugal*, p. 283 ss. O itálico do passo transcrito dos estatutos da Academia é da nossa responsabilidade.
66. *Memórias*, p. 371.
67. *Memórias*, p. 227 ss.
68. D. Sebastião, *O Desejado*. Lisboa, Editorial Império, 1941.
69. Infante D. Henrique. Lisboa, Editorial Império, 1942.
70. Afonso de Albuquerque. Portugália Editora, 1943.
71. D. Afonso Henriques. Lisboa, Portugália Editora, 1947.
72. *Fátima à luz da História*. Portugália Editora, 1948.
73. S. João de Deus. Lisboa, Portugália Editora, 1950. O referido estudo era inicialmente um capítulo da obra do Centenário e só depois foi individualizado como livro.
74. *Descobrimento do Atlântico*. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1958.
75. *História de uma polémica*. Lisboa, Portugália Editora, 1944.
76. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, Sá da Costa, 1962.
77. *A Lição do Brasil*. Lisboa, Portugália Editora, 1949.
78. *Que significa a Índia para os Portugueses*. Lisboa, Editorial Império, 1954.
79. D. Pedro I. "Em prol do seu pobo". Lisboa, Edição de Autor? (Depositária: Livraria Sá da Costa), 1965.
80. *Tentativas de Canonização de El-Rei D. Afonso Henriques*. Academia Portuguesa da História, 1957.
81. *O Povo Eleito na História da Civilização*. Academia Portuguesa da História, 1976.
82. *Memórias*, p. 523. Esta nota, em *Post-Scriptum*, encontra-se (como em cima se diz) apenas na 1ª edição.
83. Esta informação foi-nos dada pelo então Presidente da Academia, Prof. Doutor Joaquim Ve ríssimo Serrão.
84. D. Afonso Henriques, pp. 297-298.
85. Infante D. Henrique, por exemplo cfr. p. 13.
86. *Ob. cit.*, p. 214.
87. Cfr. António Ferro – Salazar. *O Homem e a sua Obra*. 3ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d., pp. 161-165.
88. Infante D. Henrique, p. 295.
89. *Idem*, p. 398.
90. Vide a obra citada S. João de Deus (1950).
91. Afonso de Albuquerque, p. 496.
92. Cfr. *Fátima à luz da História*, p. 48.
93. D. Pedro, pp. 199-200.
94. *Memórias*, p. 133.
95. D. Pedro, Prefácio, p. [13].

96. *De Ceuta a Alcácer-Quibir em 1923*. Lisboa, 1925.
97. *D. Sebastião*, p. 362 (cit. de Chateaubriand: *Histoire de France. Analyse raisonnée*. Paris, 1857, t. II, p. 87).
98. *A Lição do Brasil*, p. 151.
99. Cfr. ob. cit., p. 157 ss.
100. *Que significa a Índia para os Portugueses*, p. 45.
101. Ob. cit., pp. 32-35.

ABSTRACTS

A questão dos intelectuais do Estado Novo tem sido um dos temas ultimamente tratados pelo autor deste artigo. Todavia, no caso de Idalino da Costa Brochado, depois de ter analisado a sua personalidade, a sua acção e a sua obra publicada, entendeu que não se poderia propriamente considerá-lo um "intelectual orgânico" do Estado Novo. Jornalista, historiógrafo e político salazarista ligado à União Nacional, desempenhou nestes aspectos um papel significativo ao serviço do regime que defendia. A categoria de "político funcional" pareceu ao autor ser, pois, a designação mais adequada.

The question of the intellectuals of the Estado Novo ("New State") has been one of the subjects lately studied by the author of this article. However, after analysing Idalino da Costa Brochado's personality, action and published work, he decided that he could not be strictly considered an "organic intellectual" of the Estado Novo. Journalist, historiographer and politician, a supporter of Salazar connected to the União Nacional ("National Union"), he played a significant role in these areas at the service of the regime that he supported. To classify him as a "functional politician" seemed to be a more correct choice to the author.

INDEX

Keywords: Estado Novo, Idalino da Costa Brochado, organic intellectual, functional politician

Palavras-chave: intelectual orgânico, político funcional

AUTHOR

LUÍS REIS TORRAL

IHTI - Fl. Univ. de Coimbra CEIS20 - U. de Coimbra

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). Dedicar-se, actualmente, sobretudo ao estudo da história do Estado Novo, numa perspectiva de história das ideias.